

PROCESSOS CIVILIZADORES EM UMA PERSPECTIVA EVOLUCIONÁRIA

Nico Wilterdink*

Norbert Elias, quando publicou o primeiro volume de *O Processo civilizador*, escreveu no prefácio que as questões levantadas pelo livro tinham

menos a sua origem em uma tradição acadêmica (...) do que nas experiências sob cuja sombra todos nós vivemos, as experiências da crise e de transformação da civilização ocidental (...).

Isso foi escrito em 1936, ano em que havia, de fato, todos os motivos para falar de uma crise da civilização ocidental. Este trecho foi escrito três anos após a chegada ao poder do regime nazista, na Alemanha, que forçou Elias ao exílio, e três anos antes do início da Segunda Guerra Mundial, com os seus assassinatos em massa em uma escala sem precedentes.

Hoje, vivemos em um mundo muito diferente. Em muitas regiões, o mundo tornou-se muito mais próspero, mais pacífico e mais seguro. Isto é certamente verdadeiro para a Europa Ocidental (incluindo a Alemanha), que após a guerra, presenciou um rápido crescimento econômico, a criação ou restabelecimento de democracias estáveis, o crescimento e a expansão do Estado do bem-estar social, diminuindo as desigualdades sociais e econômicas e estabelecendo relações internacionais pacíficas. Para os cidadãos desses países, a guerra e a pobreza tornaram-se fenômenos muito distantes, situados no passado e em outras regiões do mundo. Não obstante, é nesses países ocidentais que muitas pessoas estão insatisfeitas com seus governos e com a sociedade

* University of Amsterdam, tradução de Ademir Gebara. E-mail: n.a.wilterdink@uva.nl

em que vivem, além de preocupadas com o futuro. Há, em particular, uma percepção generalizada de um *declínio moral*, de um enfraquecimento das normas e valores. Isto é evidente em dados de pesquisas sociais.

Assim, no país onde vivo, a Holanda, a maioria, cerca de 70% dos entrevistados em questionários recentes veem um declínio da moralidade na sociedade, enquanto apenas 6% pensam que há progresso moral. Isso era bem diferente em 1970, quando, em resposta à mesma pesquisa, o número de pessoas que percebiam o progresso moral foi tão elevado quanto o número de pessoas que viam o declínio moral: cada um deles com cerca de 30%. Desde então, o pessimismo moral da população holandesa aparentemente cresceu e se tornou dominante. As pesquisas de opinião em outras sociedades ocidentais prósperas apresentam resultados semelhantes. Na Grã-Bretanha, não menos que 83% dos entrevistados em uma pesquisa, em 2007, concordaram com a afirmação de que “Grã-Bretanha vive um período de declínio moral”. Em uma pesquisa da Gallup nos E.U.A. em 2008, 81% tinham a opinião de que “o estado dos valores morais no país como um todo” estava piorando, enquanto apenas 11% acreditavam que estava melhorando. Avaliando por esses dados, parece haver, novamente, uma crise na civilização ocidental.

As perguntas que decorrem são intrigantes: por que muitas pessoas pensam dessa maneira? Porque há um interesse tão forte e generalizado na decadência moral? Eu vou lidar com essa questão sob uma perspectiva teórica geral em que processos civilizadores são vistos no quadro de um conceito ainda mais amplo: *evolução*. Vou tentar demonstrar que o processo civilizador pode ser considerado como sendo parte de um amplo processo evolutivo, e que esta perspectiva pode ajudar a esclarecer a natureza desses processos e explicar o seu desenvolvimento. Com base neste argumento teórico voltarei à questão levantada anteriormente – por que tantas pessoas, hoje, em sociedades ditas avançadas, estão pessimistas sobre o rumo da civili-

zação? Assim, o objetivo da minha palestra é duplo: primeiro, desenvolver uma perspectiva geral combinando a teoria dos processos civilizadores com a teoria evolutiva; e segundo, justapor esta perspectiva sobre a evolução recente nas sociedades ocidentais, particularmente no que diz respeito à preocupação generalizada com a decadência moral. Peço desculpas por, neste contexto, não poder dizer nada específico sobre o Brasil. Eu suspeito que as conclusões para a Holanda ou a Inglaterra ou os E.U.A. podem não ser simplificada-mente validadas para o Brasil ou outras sociedades latino-americanas, por isso, deixo para autores fazerem as comparações.

Iniciarei minha argumentação com algumas observações gerais sobre o conceito de evolução e da natureza da teoria evolutiva. Atualmente, o conceito de evolução está associado principalmente à biologia e ao fundador da teoria, que é central para esta disciplina: Charles Darwin. Mas não devemos esquecer que a “evolução”, no século 19, foi usada primeiramente em um sentido sociológico e antropológico, se referindo ao progresso humano, o desenvolvimento das sociedades humanas de estágios inferiores para estágios superiores. Antes de Darwin, Herbert Spencer formulou a Lei da Evolução Universal, abrangendo três níveis de realidade: a matéria não-viva, a vida na Terra e as sociedades humanas. Em cada nível, Spencer afirmou, houve um desenvolvimento necessário de pequeno para grande, do homogêneo ao heterogêneo, do simples ao complexo. Alguns anos depois, veio Darwin com sua teoria da seleção natural, com a qual ele explicou como a variedade de espécies passou a existir. Ele quase não usou o termo evolução, contudo, o conceito tornou-se mais e mais associado à sua teoria. Desde o início do século 20, cientistas sociais cada vez mais tendem a rejeitar a ideia de evolução social. Somente nos últimos anos o interesse sobre a evolução social humana reviveu.

Assim, “evolução” pode se referir a, pelo menos, duas esferas diferentes da realidade: natureza viva (evolução biológica) e a vida social humana (evolução sociocultural). Transversal a esta distinção, temos outra: a evo-

**Processos
civilizadores em
uma perspectiva
evolucionária**

Nico Wilterdink

lução pode ser entendida no sentido spenceriano de evolução regular, de longo prazo, em uma determinada direção (que pode ser, mas não tem que ser, considerada como o “progresso”), ou no sentido darwinista de que qualquer mudança que se apresenta é provocada por mecanismos recorrentes, mais especificamente pelo mecanismo de seleção.

Esses significados não se excluem mutuamente, não é necessário optar apenas por um deles. A evolução sociocultural humana é diferente, mas também uma continuação, da evolução biológica. Considerando que a evolução biológica é um processo no qual os organismos de traços hereditários (genes, como são normalmente chamados) são transferidos para seus descendentes, a evolução sociocultural consiste na criação, modificação e aquisição de informação – a cultura – através da aprendizagem social. Evolução sociocultural é também uma continuação da evolução biológica, posto que esta última criou as condições necessárias para a primeira. Foi, particularmente, a capacidade humana de criar, aprender e usar símbolos – em outras palavras, para se comunicar através da linguagem – fundamental para o desenvolvimento e expansão da cultura humana em geral, como Norbert Elias argumenta em seu ensaio publicado postumamente *The symbol theory* (1991).

Outra característica da espécie humana, também de crucial importância para o desenvolvimento da cultura humana foi: a coordenação cérebro/mãos, que foi a base da capacidade de fazer ferramentas possibilitando aumentar o uso dos recursos naturais. Como Goudsblom salientou, os antepassados do *Homo Sapiens* adquiriram uma vantagem competitiva em relação a outros animais, aprendendo a fazer o fogo e usá-lo para seu benefício. Essa inovação cultural, por sua vez, alterou as condições da seleção natural e causou um impacto sobre a evolução biológica da espécie humana. Ao cozinhar o alimento cru em uma lareira, os seres humanos os tornaram mais facilmente digeríveis, e seus corpos adaptados aos novos hábitos alimentares. A digestão dos alimentos começou a

ocupar menos tempo e energia, que poderiam agora ser usados para outras coisas; mandíbulas e dentes tornaram-se menores, dando espaço para cérebros maiores, tornando possível o aumento da capacidade de aprendizagem. Isso mostra que a evolução biológica e sociocultural não são processos separados, mas se sobrepõem no tempo e foram casualmente entrelaçados no processo de hominização que resultou no *Homo sapiens*, cerca de 100.000 anos atrás. A evolução biológica da humanidade não parou desde então, mas a evolução cultural tem a vantagem de promover mudança social, especialmente desde o início do cultivo de plantas, cerca de 11.000 anos atrás. As vastas transformações sociais ocorridas desde então não podem ser conectadas, de alguma maneira significativa, às mudanças nas estruturas de genes humanos, elas fizeram parte de um processo de evolução sociocultural, que é relativamente autônomo e muito mais rápido do que a evolução biológica da espécie humana.

A evolução sociocultural humana se caracteriza – mais claramente do que a evolução biológica – por uma série de tendências interligadas de longo prazo e em uma direção, entre elas, a extensão das redes de interdependência humana (em termos de número de pessoas e do espaço geográfico), e aumento da diferenciação funcional e da especialização.

Outra razão para usar o conceito de evolução para processos de mudança sociocultural é que esses processos podem ser explicados por mecanismos recorrentes que são semelhantes aos que foram adiantados pela teoria darwinista da evolução biológica. Como vários autores têm argumentado nos últimos anos, os princípios básicos desta teoria têm um alcance muito mais amplo do que apenas no campo da biologia, e também se aplicam à dinâmica social e cultural do universo humano. Eu concordo com esta hipótese, embora eu também ache que se deve ter cuidado para não levar longe demais as analogias entre a evolução biológica e a sociocultural. Os princípios básicos explicativos são variação, seleção e adaptação. Falarei

mais sobre isso posteriormente. Agora, discutirei sobre o lugar dos processos civilizadores neste quadro evolutivo.

Deixem-me começar com uma definição simples: processos civilizadores referem-se às *mudanças socialmente induzidas nos autocontroles*. Processos Civilizadores, neste sentido, são distintos e, ao mesmo tempo, ligados às mudanças em dois outros tipos de controle humano: o controle tecnológico das forças naturais (o controle do fogo é um exemplo), e o controle organizacional de relações sociais humanas. Juntos, eles são o que Elias (1978, p. 156) chamou a tríade dos controles básicos: 1) controle sobre os eventos naturais, 2) o controle sobre as relações sociais, e 3) o controle dos indivíduos sobre seu próprio comportamento. As alterações nestes tipos de controle referem-se a: 1) tecnologia, 2) organização e 3) processos civilizadores, respectivamente. Isso, eu acho, é um bom ponto de partida para a análise de processos civilizadores, como parte do desenvolvimento evolutivo. Como Elias observou, existe na história humana uma tendência de crescimento em longo prazo do controle tecnológico das forças naturais e também, embora menos abertamente, de um aumento do controle organizacional sobre as relações sociais, mas tal observação não pode ser feita tão facilmente para mudanças no terceiro tipo de controle. Em *O Processo civilizador* Elias escreveu, “é um caso especial, pois ao contrário dos dois primeiros tipos, a direção em que se desenvolve não pode ser descrita simplesmente como uma extensão ou aumento do controle” (ELIAS, 1978, p. 157).

A tendência de longo prazo de aumentar o controle tecnológico das forças da natureza é realmente um caso claro de um desenvolvimento evolutivo unidirecional. Ele é marcado por um grande número de inovações, das quais duas se destacam como fundamentais: o cultivo das plantas em associação com a domesticação dos animais, e a invenção da máquina a vapor e sua utilização na produção e transporte. Muitos outros exemplos de importantes invenções

tecnológicas podem ser dados, desde o arco e a flecha para a caça, varas, redes e anzóis, para a pesca, têxteis, para o vestuário, a roda para o transporte terrestre, veleiros, para a navegação marítima, a cerâmica, e a utilização de metais para as várias ferramentas alimentando a onda de invenções nos últimos dois séculos, após o início da “revolução industrial”, nas últimas décadas do século 18.

Aumentar o controle organizacional das relações sociais pode também ser considerado como uma tendência evolutiva na história humana. Isso foi muito facilitado pelas inovações nas comunicações e no registro dos acontecimentos, tal como e de maior importância, a invenção da escrita cerca de 5000 anos atrás. E isso é marcado por um grande número de inovações organizacionais, desde as primeiras organizações estatais rudimentares à moderna burocracia, e de mercados locais para as corporações transnacionais de hoje.

Processos civilizadores, o terceiro componente na tríade dos controles básicos, também são marcados por inovações. Podemos pensar aqui nas prescrições morais de líderes religiosos, doutrinas filosóficas, livros influentes de boas maneiras, ou, nos últimos tempos, o trabalho de psicólogos para a população. No entanto, não está muito claro em que medida e como tais prescrições e admoestações verbais (não obstante a fama de seus autores) tiveram um impacto autônomo sobre o comportamento real e sobre os controles internalizados. Processos civilizadores são, em grande medida, o resultado de pequenas, quase imperceptíveis inovações das interações sociais cotidianas. Enquanto elas vão numa determinada direção durante um determinado período, os processos civilizadores em diferentes sociedades e diferentes períodos não se juntam simplesmente a um processo civilizador de longo prazo no sentido de aumentar o autocontrole. É mais fácil observar as mudanças nos *padrões* ou *modos* de autocontrole do que definir e avaliar a evolução em longo prazo em termos de *extensão* do autocontrole ou *graus* de civilização.

Processos civilizadores em uma perspectiva evolucionária

Nico Wilterdink

Embora não possamos avaliar claramente a direção do processo civilizador no longo prazo, há boas razões para considerar processos civilizadores como parte da evolução sociocultural. Em primeiro lugar, esses processos são fortemente ligados às tendências evolucionárias que vão, no longo prazo, em certa direção. E, em segundo lugar, tal como as mudanças tecnológicas e organizacionais, elas podem ser explicadas com a ajuda dos princípios evolutivos, recorrendo aos mecanismos de variação, seleção e adaptação. Elucidarei esses dois pontos.

Com base no trabalho de Elias, podemos dizer que processos civilizadores estão ligados a duas tendências evolutivas de longo prazo: integração ou desenvolvimento de redes de interdependência e diferenciação, ou o aumento da divisão e especialização do trabalho. Formação do Estado e formação do mercado desde a Idade Média são as “causas” mais diretas do processo civilizador na Europa, como descrito por Elias, podem ser consideradas como especificações históricas dessas tendências gerais.

Essas tendências básicas, por sua vez, são diretamente ligadas às inovações tecnológicas e organizacionais que aumentaram a capacidade de controle humano sobre as forças naturais e as relações sociais, que foram por si só indutoras de mudanças no autocontrole. A transição da caça e coleta para a agricultura, por exemplo, trouxe consigo pressões seletivas em direção a novos modos de autocontrole: a disposição para o trabalho regular e disciplinado, a autocontenção do consumo em tempos de abundância temporária, e uma orientação futura relacionada ao ritmo das estações do ano tornaram-se uma exigência social para aqueles que cultivavam a terra. Outro exemplo de inovação com enormes consequências civilizadoras é a invenção da escrita e a propagação subsequente da alfabetização. A capacidade de ler e escrever requer um período de formação em que os alunos são disciplinados através de exercícios repetidos. E para aqueles que adquirem o hábito da leitura e da escrita de maneira regular, é

consequente a disposição para um pensamento mais abstrato e sistemático. A alfabetização foi uma das condições necessárias para um desenvolvimento do que Elias denominou de pensamento mágico-mítico para formas de pensar “objetivas” e distanciadas dos objetos nos quais as fantasias e as emoções são mais controladas.

A segunda razão para conceber processos civilizadores como processos evolutivos, é que podem ser explicados com a ajuda dos princípios darwinianos. Nesta perspectiva, o autocontrole – como o controle tecnológico e organizacional – é uma fonte de adaptação física, força social, ou de poder, no sentido lato do termo. Entre uma (mais ou menos aleatória) variedade de modos de autocontrole, a *seleção* se realiza em favor de modos que estão promovendo o ajustamento: nesta base, uma mudança de padrão, ou seja, dos processos civilizadores. O que contribui para a aptidão varia de acordo com as condições materiais e sociais: portanto, os modos de autocontrole são selecionados porque são *adaptações* a diferentes e novas condições. Isso explica as diferenças, não só entre, mas também no interior das sociedades. Em sociedades de grande porte, diferenciadas e estratificadas, pressões seletivas levam a modos adaptativos divergentes de autocontrole para grupos de diferentes posições sociais. Assim, nas grandes sociedades agrárias como as da Idade Média europeia, os modos de civilização dominante dos guerreiros, sacerdotes letrados, camponeses, comerciantes e artesãos urbanos divergiam amplamente, apesar de uns causarem impacto sobre os outros.

Esse modelo explicativo não existe sem problemas. O mais básico, que é amplamente discutido na teoria evolucionista de hoje e para o qual há soluções prontas disponíveis, é que a aptidão coletiva do grupo não é idêntica ao dos seus membros individuais, nem a dos subgrupos menores. A concorrência entre os membros do grupo (ou subgrupos) para a sua própria capacidade adaptativa pode enfraquecer o poder do grupo como um todo. Qual é, então, a base da seleção

de aptidão adaptativa realçando as especificidades, incluindo os modos de autocontrole: seres humanos individuais, pequenos grupos com fortes laços afetivos, tais como famílias ou grupos grandes, como os Estados nacionais? A resposta geral é que a competição e, assim, a seleção, geralmente ocorre simultaneamente em diferentes níveis de integração, desde indivíduos a grandes grupos organizados. As unidades competindo entre si não são estáveis, mas transformam-se no correr do tempo.

Unidades sociais cooperativas tendem a tornar-se maiores no curso da história humana, o que não significa, porém, que as subunidades menores tornam-se irrelevantes ou mesmo menos importantes. Cooperação, em qualquer grupo, nunca é autoevidente, ela precisa ser explicada. Um fator importante é o grau em que os membros individuais se identificam com o grupo a que estão ligados pela força das relações interdependentes no interior do grupo.

Tentarei agora esclarecer esta perspectiva evolucionária, aplicando-a a alguns desenvolvimentos recentes e a temas atuais. A tendência de longo prazo de crescimento das redes de interdependência e de unidades maiores de cooperação é ligada à tendência civilizadora de crescente orientação para a identificação com coletividades humanas maiores. Quando as pessoas se tornam mais dependentes de outras pessoas em redes mais abrangentes para a sua própria capacitação, pressões seletivas as levam a deslocarem suas orientações e lealdades para com essas unidades maiores. Esta tendência de alargamento do círculo de identificação pode, no entanto, assumir diferentes formas. Pode assumir a forma de identificação crescente com um grande grupo, para o qual todos os sentimentos de solidariedade são dirigidos, para a exclusão de outros grupos. Pode também significar que as pessoas ampliaram suas lealdades para diferentes grupos, assim moderaram seus sentimentos de solidariedade para com cada um deles, e não traçam fronteiras nítidas entre o grupo nós e grupos recém-chegados.

A ascensão do nacionalismo militante é um exemplo claro de ampliação das identificações do primeiro tipo. O nacionalismo cresceu mais intenso e agressivo na Europa, na segunda metade do Século XIX, sob o impacto da intensificação das relações de interdependência dentro das fronteiras estatais e aumento da concorrência entre os Estados nacionais, culminando com as duas guerras mundiais do Século XX.

Na segunda metade do Século XX, as condições mudaram em favor da ampliação das identificações do segundo tipo. As relações sociais, transgredindo as fronteiras nacionais e ligando diferentes regiões do mundo, tornaram-se mais importantes quando comparadas com as relações no interior dos Estados nacionais. Isto é indicado por várias tendências interligadas do pós-guerra: o crescimento do comércio mundial e os amplos aumentos dos movimentos internacionais de capitais; a crescente importância das organizações internacionais, transnacionais e supranacionais; a enorme intensificação da comunicação e informação em todo o mundo; e a crescente mobilidade internacional de pessoas, incluindo a migração. Esses processos de globalização, como vieram a ser conhecidos na década de 1990, não tornaram os Estados nacionais e as suas fronteiras insignificantes, mas provocaram direcionamentos muito mais amplos.

Nesse mundo interligado, em que todos os seres humanos se tornaram membros de uma sociedade global, não existe, certamente, um modo de civilização justo para todos. As enormes diferenças de condições e oportunidades de vida em nível global impedem qualquer homogeneidade. Podemos dizer, entretanto, que um diálogo aberto, flexível e cosmopolita com uma orientação transnacional está se tornando competitivamente vantajoso para mais e mais pessoas neste mundo, tanto no nível individual como coletivo. Indivíduos com esta orientação têm mais oportunidades na vastidão transnacional, e de longe, tal orientação tem mais oportunidades nas redes altamente diferenciadas nas quais operam, sejam eles empresários, cientistas,

artistas, ou apenas pobres imigrantes. Da mesma forma, as coletividades que estão abertas no seu recrutamento, inovadoras em suas estratégias e flexíveis em suas relações com clientes ou sócios, são susceptíveis de ter vantagens competitivas, quer sejam empresas, associações de voluntários, Estados nacionais ou organizações internacionais.

Tal orientação não é 'natural', mas envolve autocontrole – um esconderijo, ou mesmo a supressão de sentimentos de grupo ligados a superioridade e animosidade. A disseminação dessa orientação pode ser considerada como parte do que Cas Wouters denominou informalização, a tendência de diminuir a rigidez e aumentar a flexibilidade das normas de comportamento, onde o grau de autocontrole socialmente esperado permanece elevado ou mesmo crescente. Pessoas com este tipo de *habitus* não abandonam todos os tipos de sentimento nós e de orgulho de grupo. Os seres humanos, em qualquer posição, não podem prescindir desses sentimentos sem danos a si próprios. Nem pode qualquer grupo sobreviver sem apoio emocional desse tipo. Uma orientação aberta e flexível significa, porém, que as lealdades estão espalhadas por diferentes grupos, que nenhuma lealdade de grupo é declarada absoluta e não existem fronteiras nítidas entre os membros dos grupos nós e recém-chegados.

No entanto, a questão permanece: porque uma atitude cosmopolita e aberta, que aceita as diferenças de grupo oferece vantagens competitivas? Não é a forte solidariedade de grupo, e mesmo o fanatismo coletivo intolerante e a rejeição a qualquer desvio das normas do grupo, melhor para o grupo como um todo, portanto, vantajoso na luta darwiniana pela vida? Solidariedade militante do grupo, agressividade tanto para não-membros do grupo como membros dissidentes do grupo, foram, efetivamente, muitas vezes úteis para aumentar o poder do grupo. Mas também, muitas vezes, isso parece ser contraproducente em longo prazo, por três razões: primeiro, o envolvimento emocional excessivo pode ser prejudicial para uma visão realista e equilibrada das

oportunidades e riscos em conflitos com outros grupos; em segundo lugar, a negação e a supressão das diferenças dentro do grupo custa muita energia e é prejudicial para o potencial inovador do grupo; em terceiro, a forte ênfase em objetivos coletivos pode se tornar nociva para a aptidão individual e dos subgrupos e, conseqüentemente, para a motivação das pessoas em contribuir para os objetivos coletivos. O destino do fascismo e do comunismo na Europa é exemplo das vantagens do grupo de militância e intolerância no curto prazo e desvantagens em longo prazo. Militância intolerante é particularmente disfuncional para grupos grandes com um elevado grau de diferenciação funcional – como os atuais Estados nacionais.

A “adequação” dos Estados contemporâneos parece ser promovida quando os seus representantes combinam nacionalismo moderado não-militante com transparência, aceitação das diferenças internas e externas, e uma consciência da crescente interdependência de todos os Estados no nível da humanidade como um todo. Não só os Estados são unidades relevantes. A crescente interdependência de todos os tipos de grupos sobrepostos ao nível da humanidade provoca uma orientação internacional aberta, não só possível e desejável, mas também adaptável. Pensando em termos de interesses comuns de toda a humanidade isso se torna cada vez mais uma opção prática e realista.

Esta é uma conclusão muito geral e otimista, talvez demasiado otimista sobre o curso da civilização humana. Ela remete à pergunta que eu formulei no início deste texto sempre mais intrigante: como explicar a percepção generalizada de um declínio moral nas sociedades ocidentais? Para responder, temos de resolver primeiro a questão mais empírica: quais são as razões que as pessoas têm que justifique a sua concepção de declínio moral, qual é a natureza de suas queixas morais? No discurso público sobre este tema, tal como aparece em vários relatos da mídia, são encontrados, embora distintos, cinco temas sobrepostos e recorrentes:

1. Um tema recorrente é o *declínio da família*: a ideia de que a vida familiar tornou-se instável e insegura devido, entre outras coisas, à decadência da moral sexual.

2. Um segundo tema é o *crescimento da criminalidade e da violência e diminuição da segurança pública*.

3. Em terceiro lugar, há queixas sobre o *aumento da grosseria, má-educação, falta de respeito, egoísmo e agressividade* nas relações sociais.

4. Um quarto tema é a *desintegração das comunidades locais*. Isso é muitas vezes associado ao influxo de imigrantes estrangeiros, que são vistos como perturbadores dos laços afetivos e da cultura local de bairros antigamente coesos.

5. Por último, uma queixa muito mais ouvida é a *perda de coesão nacional, da unidade e da solidariedade*. Isso também é frequentemente associado à imigração estrangeira maciça, bem como, mais em geral, aos processos de internacionalização e globalização (e na Europa, o processo de integração europeu).

Enquanto essas cinco denúncias morais têm fundamentos específicos, também têm muito em comum. Elas refletem os sentimentos de insegurança, ansiedade e desorientação, que podem estar ligados a uma tendência evolutiva-mestre: a extensão das redes de interdependência que, atualmente, cada vez mais, assume a forma de globalização ou de transnacionalização, trazendo também uma tendência de “individualização”, isto é, uma mudança de relações imediatas, pessoais e locais; para relações indiretas, impessoais e translocais, em que o leque de escolhas alternativas, em matéria de educação, ocupação, relações pessoais, vida familiar, consumo e lazer se torna mais amplo para os indivíduos em todos os segmentos da população.

Como sugerido, estas tendências funcionam de forma diferente para diferentes grupos. Pressões seletivas para se adaptar a essa evolução, de uma orientação internacional aberta e flexível, são mais fortes para

profissionais com formação superior: tal orientação, ou modo civilizador, contribui para as suas oportunidades de carreira e adequação social. Isto não se aplica, ou se aplica menos, para pessoas com níveis relativamente baixos de educação e renda, que são muito mais dependentes do mercado de trabalho nacional e das disposições do Estado para o seu bem-estar social. Elas se adaptam a esta situação, através do desenvolvimento mais forte e exclusivista de sentimentos de identificação com a nação e maior apego às normas convencionais de comportamento adequado. Mais do que profissionais com educação superior elas experimentam tendências, tais como a crescente imigração e pluralidade cultural no interior do Estado-Nação, a flexibilização das relações trabalhistas, a crescente instabilidade das relações familiares, e a perda dos laços de coesão em bairros confusos, desorientados e ameaçadores. Como as pesquisas sociais e outras investigações têm demonstrado, eles estão inclinados, mais do que outros grupos, a concordar com declarações sobre o declínio moral e ratificar as denúncias morais que fundamentaram essas afirmações. Os políticos que expressam essas queixas obtêm a maior parte do seu apoio desses grupos.

Em suma, o generalizado pessimismo moral atual na sociedade contemporânea ocidental pode ser interpretado a partir de uma perspectiva evolucionária como uma resposta adaptativa a transformações sociais confusas. É uma resposta emocional que, no entanto, tem a função de manter a adequação, especialmente para grupos relativamente pouco privilegiados, entre as populações nativas. Dada a posição social desses grupos e sua perspectiva moral, podemos dizer, protege e legitima o modelo civilizador, para eles, mais adequado, pelo menos no curto prazo. Tal é a conclusão a que chego após esta breve análise. É apenas uma primeira conclusão hipotética, que tem de ser testada e especificada por investigação mais exaustiva.

Em conexão com o argumento exposto, concluirei com algumas observações sobre

Processos civilizadores em uma perspectiva evolucionária

Nico Wilterdink

possíveis tendências para o futuro. Processos civilizatórios não significam progresso. No entanto, apesar do pessimismo hoje generalizado, há razões para estar otimista quanto ao futuro. Como Elias já previa um pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a tendência evolutiva da extensão das redes de interdependência está levando à integração global, criando condições favoráveis para a cooperação pacífica e coordenação no nível da humanidade como um todo. É provável que este desenvolvimento vá de mãos dadas com uma maior propagação de uma orientação cosmopolita, tolerante e talvez também igualitária. Mas há muitos obstáculos possíveis nesta estrada, dois dos quais vou mencionar aqui. O primeiro perigo é que, em resposta à globalização e às incertezas morais que ele traz à tona, a escolha de uma identificação exclusivista por um grande grupo pode levá-lo a ter o controle em muitas partes do mundo. Tomando a forma de nacionalismo militante, religiosidade

fanática, estreiteza étnica, ou uma mistura desses aspectos, pode levar a conflitos sangrentos que irão fraturar a humanidade em duas partes hostis. Um segundo perigo é que a globalização vai promover a formação de uma elite internacional que acumulará uma enorme riqueza e poder à custa dos menos privilegiados, pois esses são dependentes do sistema nacional. Isto pode, por sua vez, provocar, o nacionalismo militante como um contra-movimento. Desta forma, ambas as tendências podem reforçar-se mutuamente de uma forma dialética.

Esses perigos possíveis no futuro são já observáveis como tendência real no presente. No entanto, não é de qualquer maneira evidente que eles vão se tornar dominantes. Nós não podemos prever o futuro da história humana, com toda a certeza. O que podemos fazer, com o conhecimento e as teorias que temos, é indicar as possibilidades e perigos. Espero tê-los convencido dos méritos desta abordagem.

Processos
civilizadores em
uma perspectiva
evolucionária

Nico Wilterdink

Referências bibliográficas

ELIAS, Norbert. *The symbol theory*. London: Sage, 1991

_____. *The civilizing process*. The history of manners. Oxford: Blackwell/ new York: Urizen Books, 1978.